

O ATENDIMENTO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

PEDAGOGICAL CARE IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

LA ATENCIÓN PEDAGÓGICA EN LA EDUCACIÓN INICIAL

Evelyn Cristina Milas Medeiros Rosário

Aluna graduada do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso. 4º, 2018.

Gisele do Rocio Cordeiro

Professora Orientadora do Centro Universitário Internacional UNINTER.

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade analisar o atendimento pedagógico na Educação Infantil, enfocando a importância do trabalho pedagógico destinado ao desenvolvimento das crianças no berçário. Durante esta pesquisa observou-se que as escolas, muitas vezes deixam de lado o trabalho pedagógico para o desenvolvimento e aprendizagem de uma criança que está no berçário. O objetivo é refletir sobre os aspectos da legislação e diretrizes da educação infantil, apontar os principais aspectos do desenvolvimento pedagógico para contribuir com a estimulação motora, cognitiva e emocional dos bebês e estabelecer a diferença entre cuidar e educar no berçário. A metodologia adotada consistiu em pesquisa bibliográfica, que visava alcançar os objetivos propostos. Ressalta-se também a necessidade de se ter um profissional preparado para atender esta faixa etária, que esteja atento às necessidades das crianças. Aponta-se a importância que este educador tem na vida da criança e como a estimulação dos bebês pode possibilitar a exploração do mundo à sua volta e o desenvolvimento de conhecimentos significativos.

Palavras-chave: Berçário. Legislação. Cuidar e educar. Trabalho pedagógico.

ABSTRACT

This article aims to analyze the pedagogical care in Early Childhood Education, focusing on the importance of the pedagogical work for the development of the children in the nursery. During this research it was observed that schools often put aside the pedagogical work for the development and learning of a child who is in the nursery. The aim is to reflect on the aspects of legislation and guidelines of early childhood education, to point out the main aspects of pedagogical development to contribute for the movement, cognitive and emotional stimulation of babies and to establish the difference between caring and educating in the nursery. The adopted methodology consisted of bibliographic research, which aimed to achieve the proposed objectives. It is also emphasized the need to have a professional prepared to meet this age group, who is attentive to the needs of children. The importance that such educator has in the children's life and how the stimulation of babies can enable the exploration of the world around them and the development of meaningful knowledge are pointed out.

Keywords: Nursery. Legislation. Caring and educating. Pedagogical work.

RESUMEN

El presente artículo tiene como finalidad analizar la atención pedagógica en la Educación Inicial, con atención especial dirigida a la importancia del trabajo pedagógico destinado al desarrollo de los niños en las guarderías. En el curso de la investigación, se pudo constatar que las escuelas muchas veces dejan a un lado la labor pedagógica para el desarrollo y aprendizaje de los niños en las guarderías. El objetivo es reflexionar sobre aspectos de la legislación y directrices de la educación infantil, apuntar los principales aspectos del desarrollo pedagógico para contribuir con la estimulación motora, cognitiva y emocional de los bebés y establecer la

diferencia entre cuidar y educar en la guardería. La metodología de trabajo consistió en investigación bibliográfica, hecha con el propósito de alcanzar los objetivos propuestos. Se resalta también la necesidad de contarse con un profesional preparado para atender a los niños de esa edad, que esté atento a sus necesidades. Se reconoce la importancia de ese educador en la vida del niño y se indica cómo la estimulación de los bebés puede facilitar la exploración del mundo y el desarrollo de conocimientos significativos.

Palabras-clave: Guardería. Legislación. Cuidar y educar. Trabajo pedagógico.

INTRODUÇÃO

O tema deste artigo é o atendimento pedagógico na Educação Infantil; sua delimitação é a importância do atendimento pedagógico na educação infantil para o desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo das crianças no berçário.

Tendo em vista a problematização desta pesquisa, é possível observar que os berçários aparentemente ainda se constituem em espaços onde as crianças de 4 a 18 meses, são cuidadas em suas necessidades biológicas. Sendo assim, muitas escolas deixam de lado todo o trabalho pedagógico, que também é essencial para ajudar no desenvolvimento e aprendizagem da criança. Como esse propósito, este estudo questiona: De que forma o atendimento pedagógico pode contribuir para o desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo da criança no berçário?

Justifica-se que o tema pesquisado decorre de questões levantadas ao longo do Curso de Licenciatura em Pedagogia, que proporcionou a oportunidade de, enquanto estudante, atuar na educação infantil.

Nessa atuação, passou-se a observar a importância de se fazer a estimulação com os bebês. Assim, começaram a surgir os questionamentos sobre a realização de um atendimento pedagógico diferenciado e a busca por um melhor atendimento do desenvolvimento infantil, tanto nos seus aspectos motores, como cognitivos e afetivos.

As dúvidas sobre como fazer para que a prática e a teoria não ficassem separadas começaram a fazer parte do meu dia a dia. Assim, surgiram também dúvidas sobre a forma de demonstrar para os alunos do curso a importância da estimulação.

Temos como objetivo geral analisar de que forma o trabalho pedagógico na Educação Infantil pode contribuir com a estimulação motora, cognitiva e emocional da criança no berçário. E os objetivos específicos serão apresentar os aspectos da legislação e diretrizes da Educação Infantil, descrever a diferença entre cuidar e educar da Educação Infantil e apontar os aspectos principais do trabalho pedagógico no berçário.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os aspectos da legislação e diretrizes da educação infantil

Descreveremos aspectos da legislação referente à educação infantil. Isso nos ajudará no entendimento de como evoluiu em seus aspectos teórico-metodológicos e como se relaciona com a criança e seu contexto social e político. Entre os aspectos ligados às implicações legais da educação infantil, é importante que tenhamos a atenção voltada para as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), pois são elas que pontuam o trabalho pedagógico, as relações com a família e a sociedade.

Podemos afirmar que a responsabilidade da educação das crianças pequenas é da família e do Estado, porém que ainda há grandes equívocos e dúvidas a esse respeito, o que deixa muitas lacunas no processo de desenvolvimento infantil.

De acordo com o art.227 da Constituição Federal do Brasil: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar comunitária”. Esse dever da família parece ser desconhecido por muitos adultos que participam da educação das crianças de 0 a 5 anos. Há décadas, que toda a equipe pedagógica ligada à escola aponta a abdicação da família às questões educacionais de seus filhos no período em que estão no âmbito escolar.

A família é fundamental para a segurança emocional da criança quando ela passa a frequentar a escola de educação infantil. Também é importante a comunicação entre a família e os professores, pois nessa fase a criança começa a assumir diferentes papéis e gradualmente vai incorporando outros. Esse processo possibilita a aprendizagem da criança. Nesse sentido, Bassedas, Huguet e Solé (1999, p.282) afirmam que “precisa ficar claro que a escola e família são contextos diferentes e que, nesses contextos as crianças encontrarão coisas, pessoas e relações diversas”. Desta forma, quando a criança entra na escola, começa a perceber o mundo de forma diferente.

É a partir da década de 1960, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, nº 4.024/61, que, pela primeira vez em nosso país se faz referência à infância e aos aspectos pedagógicos da educação infantil. Assim, em função da

promulgação da LDB de 1961, pela primeira vez ocorre uma demonstração de preocupação com a educação infantil no Brasil.

Desta maneira, com a aprovação da LDB – Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, ficou estabelecida em seus artigos 23 e 24 que:

ART.23 A educação pré-primária destina-se aos menores de até sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins de infância.

ART.24 As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária. (BRASIL 1961).

Portanto, podemos afirmar que a Educação Infantil em muitos países já era uma realidade, no Brasil isso aconteceu somente após a promulgação da LDB de 1961, quando houve uma maior organização e análise das instituições voltadas à Educação Infantil.

Em 1988, a Constituição Federal aponta uma mudança na educação infantil, que passou a ser um dever do Estado e direito da criança. Com isso, a educação infantil passou a ser subordinada à área da educação, o que representou um significativo avanço na superação do seu aspecto assistencialista; isso porque a Constituição, ao definir que o dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de, entre outros, “atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade” (art.208, inciso IV), gera uma obrigação para o sistema educacional.

A Constituição também aborda algumas questões a respeito da problemática do atendimento educacional da criança. No âmbito educacional, os municípios têm mais responsabilidade no que se refere à educação infantil e ao ensino fundamental.

Segundo a Constituição, que garante direitos específicos ao cidadão, podemos incluir: a licença-maternidade, a licença-paternidade e a “assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até os 6 anos de idade em creches e escolas” (art. 7º, XVIII, XIX e XXV). Com isso as creches pré-escola como instituições educativas foram finalmente reconhecidas como parte integrante do sistema educacional.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, e a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), Lei nº 8.742/1993, também contribuíram nesse processo. O Eca apontou os municípios como responsáveis pela infância e adolescência. A Loas aponta como objetivo da assistência social a proteção à família, à maternidade, à infância e à velhice.

Em 1996, houve a consolidação da nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDBEN), de 20 de dezembro de 1996, Lei nº 9.394/1996, que estabelece as DCNEI e tem por objetivo apontar práticas de educação, cuidado do planejamento e também implantação das propostas pedagógicas de creches.

A partir da promulgação da LDBEN/ 1996, a educação infantil passou a ser “destinada às crianças de até 6 anos de idade, com a finalidade de complementar a ação da família e da comunidade, objetivando o desenvolvimento integral da criança nos aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais”.

A LDBEN/1996, em seu art. 62, exige que os professores de educação infantil tenham uma formação em nível superior; isso foi muito importante pois ela garantiu aos educadores que atuam na educação infantil a não restrição de seu trabalho a apenas cuidados, mas que associem à sua prática ações educativas.

Foi para garantir a qualidade da educação infantil que foram criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Os seus principais aspectos serão apresentados a seguir.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), por meio do parecer da Câmara de Educação Básica (CEB) nº 22/1998, garantem que “o direito à Educação Básica, consagrado pela Constituição Federal de 1988, representa uma demanda essencial das sociedades democráticas e vem sendo exigida, vigorosamente por todo o país, como garantia inalienável do exercício da cidadania plena” (BRASIL,1998).

Nesse sentido, a educação infantil passa a ser reconhecida como parte integrante da educação básica e, apesar de não ser obrigatória, garante o caráter educacional para as instituições que trabalham com crianças de 0 a 5 anos.

O relatório da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação aponta que as atribuições definidas pela Lei nº 9.131/1995 têm como responsabilidade a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNEB). Com isso, a educação infantil está legalmente inserida na educação básica.

As diretrizes apontam o trabalho com as crianças em creche e pré-escola, norteadas pelas propostas curriculares e os projetos pedagógicos, e destacam a articulação entre ações de educação e cuidado. O documento normatiza as práticas pedagógicas que envolvem o educar e o cuidar de crianças nas instituições de educação infantil, que devem incluir também a relação com as suas famílias, como forma de garantir a todos os sujeitos

envolvidos a cidadania plena; o Parecer CNE/ CEB nº 22/1998 destaca ainda que a cidadania deve ser direito de todos os brasileiros.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) é um documento oficial da Coordenação Geral de Educação Infantil do Ministério da Educação (Coedi-MEC), de 1998, e constitui-se num conjunto de orientações pedagógicas oficiais para a educação infantil que, embora não tenha caráter obrigatório, tem por objetivo orientar os profissionais da área na elaboração das propostas pedagógicas, planejamentos e avaliações em instituições e redes do município.

O RCNEI é fruto de um amplo debate nacional, no qual participaram professores e diversos profissionais que atuam diretamente com as crianças, contribuindo com conhecimentos diversos, provenientes tanto da vasta e longa experiência prática de alguns, como da reflexão acadêmica, científica ou administrativa de outros.

O documento foi organizado em três volumes. O primeiro, a *Introdução*, apresenta algumas considerações sobre a educação infantil e o entendimento do brincar como forma individual de expressão, pensamento, interação e comunicação das crianças; o segundo volume, intitulado *Formação pessoal e social*, apresenta concepções e princípios sobre o desenvolvimento e aprendizagem infantil; já o terceiro volume, *Conhecimento de mundo*, destaca conteúdos de áreas específicas do saber escolar, que são fundamentais para o processo de construção de conhecimento da criança: movimento, música, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade e matemática.

O RCNEI foi organizado para servir de embasamento ao trabalho pedagógico na educação infantil, sempre observando a individualidade de cada criança e a diversidade cultural do país.

A diferença entre cuidar e educar na educação infantil

Em meio às muitas versatilidades que a professora da Educação Infantil deve ter, uma das mais importantes e que merece mais atenção para discussão, é o binômio cuidar e educar. De fato, essas são ações inseparáveis, pois quem cuida educa e quem educa cuida ao mesmo tempo.

Para Kramer (2009, p.95), “o cuidado dilata as possibilidades da educação, abrindo espaço para um trabalho do educador em si mesmo que pode ampliar seu olhar para a criança”.

Embora haja situações nas quais o modelo antigo ainda ocorra, onde há um responsável para cuidar e outro para educar, a discussão vai muito além dessa análise reduzida. Cuidar e educar, de acordo com as novas diretrizes, devem caminhar sempre juntos. A ação em conjunto com a equipe pedagógica é essencial para garantir que o cuidar e o educar aconteçam de forma integrada e, além disso, o cuidar e educar envolvem estudo, dedicação, cumplicidade, cooperação.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI): “para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado”. (RCNEI, vol.1, p. 25).

Dessa forma, cuidados e educação são sistematizados e integrados por meio de recursos didáticos, lúdicos e fundamentação teórica, que fará o aluno ampliar seu conhecimento. Aproximando-se dessa proposta, Abramowicz e Wajskop (1999, p.13) explicam:

A programação diária deve contemplar momentos de trabalho orientados e momentos livres, além da higiene e sua alimentação. O mais adequado é que se possam estabelecer vínculos entre os trabalhos propostos e as brincadeiras das crianças, através da oferta de materiais e espaços comuns, articulados, em torno dos projetos desenvolvidos.

Assim, o cuidar na Educação Infantil é um integrante na educação, embora uma criança em um contexto educativo necessita da integração de áreas.

De acordo com Signorette (2002), cuidar, significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio, que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos.

Para cuidar é preciso um comprometimento com o outro, depende da construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado. O professor precisa ajudar a criança a identificar suas necessidades e priorizá-las, assim como entendê-las de forma adequada. Deve-se cuidar da criança como um ser que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, e isso inclui interessar-se sobre o que a criança sente, pensa e o que ela

sabe sobre si e sobre o mundo, visando à ampliação desse conhecimento e de suas habilidades, para que, aos poucos, se torne mais independente e mais autônoma.

A instituição de educação infantil necessita incorporar de maneira integrada as funções de cuidar e educar, não mais diferenciando os profissionais e instituições. As novas funções da educação infantil devem estar associadas a padrões de qualidade. Para o RCNEI (vol1, p.23), a instituição de educação infantil deve tornar-se acessível a todas as crianças que a frequentam.

Educar significa proporcionar situações de cuidados, brincadeiras, aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis, e sempre respeitando o conhecimento mais amplo da realidade social e cultural, para assim contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.

O processo educativo é realizado de várias maneiras: na família, no bairro, na sociedade e, também, na instituição. Educar, nessa fase da vida, não se pode confundir com cuidar, ainda que as crianças de 0 a 3 anos necessitem de cuidados elementares, para garantia da própria sobrevivência. O que deve permear a discussão não são os cuidados que as crianças devem receber, mas o modo como elas devem recebê-los, já que alimentar-se, assear-se, brincar, dormir, interagir são direitos inalienáveis da infância. (GARCIA,2001).

Para melhor caracterizar o educar de acordo com a perspectiva de Junqueira Filho (2005, p.11), apontamos um dos objetivos que esse autor cita como elemento norteador de sua proposta com as linguagens geradoras: “Conceituar crianças e professores como sujeitos-leitores um dos outros, interlocutores em produção de um diálogo infinito e ilimitado em busca de conhecimento e intervenção sobre si e o mundo”. Com base nesse objetivo, o ato de educar é concebido considerando-se a interação intencional entre o professor e o educando, o que, para Junqueira Filho, ocorre por meio de uma multiplicidade de linguagens “em que as crianças produzem-se como crianças, os professores produzem-se como professores e, juntos, produzem a relação pedagógica”.

Os aspectos principais do trabalho pedagógico no berçário

Entre todas as etapas da educação infantil, uma com a qual nos identificamos muito é o berçário. Este período é considerado fundamental para o desenvolvimento e aprendizagem do ser humano, sob estímulos sistematizados em forma de recursos e

metodologias que envolvem o movimento, as linguagens, enfim, a leitura do mundo que cerca o bebê.

Na educação infantil, o berçário é um espaço sensível e trabalhar nesse nível de ensino requer toda a atenção do educador para as questões de integração das áreas de desenvolvimento e aprendizagem dos bebês. As crianças chegam ao berçário a partir dos 4 meses de idade e já têm que lidar com uma ruptura com os laços que desenvolvem com a mãe ou com o responsável que delas cuidavam. Por essa razão, o profissional deve considerar que esse pequeno ser precisa de muita atenção.

As atividades do cotidiano a ser realizadas, como troca de fraldas, alimentação, descanso, interações com as outras crianças e com novos objetos, devem ser feitas com carinho e afeto, o que não significa que o educador necessite estar o tempo todo com a criança no colo. Podemos dizer que o afeto não está apenas no contato físico, mas também nos momentos em que o professor estuda como o bebê nasce, desenvolve-se e aprende. A aprendizagem da criança começa desde bebê, essa fase está muito ligada aos aspectos sensoriais. Podemos dizer que o olhar, a maneira de falar, o tom de voz, a temperatura, os objetos, o ambiente que é oferecido aos bebês possibilitam amplo desenvolvimento afetivo.

As atividades no berçário podem partir de brincadeiras de imitação das ações de adultos, pois o bebê já observa e reproduz os gestos e caretas das pessoas ao seu redor. Através disso, o professor poderá ajudá-lo a explorar sons e movimentos dos objetos e brinquedos utilizados nas atividades.

Com o propósito de estimular os sentidos da criança, o educador pode conceder às crianças potes vazios de vários tamanhos e formatos. Inicialmente, é necessário que o educador deixe as crianças explorarem o material livremente, para que aprimorem e transformem seus esquemas de agarrar, soltar, rasgar, sacudir, amassar, derrubar etc. Todas as brincadeiras poderão incluir jogos nos quais as crianças utilizem vários órgãos dos sentidos, como engatinhar ou caminhar descalças sobre uma linha traçada no chão. O professor pode estimular os pequenos a reconhecer os sons, propiciando momentos de escuta e estimulando o silêncio por alguns instantes; os instrumentos musicais podem ajudar na atividade.

Também os brinquedos de encaixe, montar, jogar e empilhar são propícios nessa faixa etária. Para essa fase da vida, a brincadeira é uma atividade para o aprendizado, assim,

o ideal é que o material seja suficiente para que todos possam compartilhar as ações e interações lúdicas.

A organização do espaço é um dos elementos da prática pedagógica que favorece a relação ensino-aprendizagem. O professor deve estar atento a esse aspecto, favorecendo interações espaciais e afetivas na realização de seu planejamento com o berçário.

Nessa perspectiva, Horn (2004, p.,61) destaca que “as escolas de educação infantil têm na organização dos ambientes uma parte importante de sua proposta pedagógica. Ela traduz as concepções de criança, de educação e ensino e aprendizagem, bem como uma visão de mundo e de ser humano do educador que atua esse cenário”.

O espaço disponibilizado deve ser ventilado, limpo, claro e amplo. O professor, sempre que puder, deve optar por áreas ao ar livre.

Essa perspectiva está pautada no Parecer CNE/CEB nº 4/2000, que diz: “Os espaços físicos das instituições de educação de educação infantil deverão ser coerentes com sua proposta pedagógica, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, e com as normas prescritas pela legislação pertinente, referentes a: localização, acesso, meio ambiente, salubridade, saneamento, higiene, tamanho, luminosidade, ventilação e temperatura, de acordo com a diversidade climática regional”. Organizar o ambiente do trabalho pedagógico deixa a aula mais produtiva, com objetivos claros e recursos adequados ao desenvolvimento do conteúdo.

Metodologia

Este estudo tem como base uma pesquisa bibliográfica, que visa alcançar os objetivos propostos. Inicialmente, foi feita uma revisão bibliográfica, para descrever teorias que abordam práticas pedagógicas inovadoras em busca da produção de conhecimento e para apresentar aspectos teóricos da metodologia de aprendizagem.

A revisão bibliográfica foi feita através de leitura sistemática, de modo a ressaltar os pontos pertinentes ao assunto em pesquisa, abordados pelos autores. O estudo realizou-se através de pesquisas em Internet, livros, utilizados por empréstimos da Biblioteca do Centro Universitário Uninter e Biblioteca Municipal de Curitiba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa alcançou o seu objetivo geral que era analisar de que forma o trabalho pedagógico na Educação Infantil pode contribuir com a estimulação motora, cognitiva e emocional da criança no berçário.

Sabemos que a temática deste artigo não é uma discussão recente, uma vez que temos vários teóricos na área da Educação Infantil que se dedicam a pesquisas nessa perspectiva. Porém, ainda temos muito que caminhar para efetivar a importância do atendimento pedagógico na educação infantil -em especial no berçário.

Além dos conhecimentos acadêmicos e da formação de cada um, entendo que a professora do berçário necessita também de muitos outros saberes, por vezes intrínsecos à sua atuação no berçário. Muitas vezes, educadores e auxiliares que trabalham no berçário, desconhecem determinadas concepções de criança, desenvolvimento e espaço, o que impede um trabalho mais eficaz e coerente.

Essas profissionais ignoram alguns saberes porque não tiveram formação adequada, contudo, nada as impede de, ao menos, ter conhecimento dos objetivos e metodologias propostas na educação dos bebês.

Ser professora de berçário equivale ao principal e necessário saber: as crianças são seres produtores de saberes e cultura desde o berço, é um engano ignorar tal condição; é preciso cercá-las de inúmeros saberes e ações pedagógicas.

Percebo avanços na concepção do cuidar e educar entre as educadoras da educação infantil, porém necessitamos desmitificar, ainda nos dias de hoje, algumas considerações enraizadas em muitos profissionais que trabalham no berçário. Esse fator pode ser intensificado nas propostas de formação continuada, partindo do princípio de que conscientizando e valorizando os educadores do berçário sobre sua importante função nos primeiros anos de vida da criança, alicerçamos as práticas desenvolvidas nos centros de educação infantil. Assim, não se precisará mais dialogar sobre a relação entre cuidar e educar. Quem sabe se assim, conseguimos iniciar um diálogo sobre as necessidades de formação do ser humano.

REFERÊNCIA

ABRAMOWICZ, A.; WAJSKOP, G. **Educação Infantil: creches – atividades para crianças de zero a seis anos.** São Paulo: Moderna,1999.

BASSEDAS, E.; HUGUET, T; SOLÉ, I. **Aprender e ensinar na educação infantil.** Porto Alegre: Artemed,1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out. 1988.

_____. Lei 4024 – LDB: **Lei de Diretrizes e Bases**, de 20 de dezembro de 1961.

_____. Lei n. 8.069, 13 de julho de 1990. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 jul.1990.

_____. Lei n. 8.742, 7 de dezembro de 1993. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 dez.1993.

_____. Lei n. 9.131, 24 de novembro de 1995. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 nov.1995.

_____. Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez.1996.

_____. Parecer n .4, 16 de fevereiro de 2000. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 6 fev.2000a. disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2000/pceb004_00.pdf. Acesso em 20 mai.2017.

_____. Parecer n .22, 17 de dezembro de 1998. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 17 dez. 1998a. disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer_ceb_22.98.pdf. Acesso em 20 de mai.2017.

BRASIL. **Referencial Curricular para a Educação Infantil. V 1**, Brasília: MEC/SEF,1998.

CORDEIRO, G. do R.; MOLINA, L. N.; DIAS V. F. **Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos.** Curitiba: InterSaberes, 2014.

GARCIA, Regina Leite. **Em defesa da educação infantil.** Rio de Janeiro: DPLA, 2001.

HORN, M. da G. **Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil.** São Paulo: Scipione,2004.

JUNQUEIRA FILHO, G de A. **Linguagens geradoras: seleção e articulação de conteúdos em educação infantil.** Porto Alegre: Mediação, 2005.

SIGNORETTE, A. E. R. S. et al. **Educação e cuidado**: dimensões afetiva e biológica constituem o binômio de atendimento. Revista do Professor. Porto Alegre, n. 72, p. 5-8, out. /dez. 2002.

RAUL, M. C. T. D. **Educação infantil práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem**. Curitiba: InterSaberes, 2012.